

A FAZENDA CAMAPUÃ
THE FARM CAMAPUÃ

Paulo Marcos Esselin

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



A Fazenda Camapuã

Paulo Marcos Esselin¹

Resumo: A Fazenda Camapuã constituiu-se no primeiro núcleo português permanente de Mato Grosso do Sul, tornando-se frente de povoamento extremamente importante em uma colônia em que as fronteiras eram móveis e provisórias. Entreposto de abastecimento aos monçoeiros que se dirigiam às minas de ouro de Cuiabá, com produção regular de gêneros agrícolas e de animais para abate, também cumpriu papel importante dentro da política de expansão portuguesa no sentido de reforçar a submissão e exploração dos povos autóctones, sobretudo os caiapós, legítimos habitantes destes territórios.

Palavras-chave: Fronteira, Colonização, Índios, Ocupação, Violência.

Abstract: The Farm Camapuã constituted the first permanent Portuguese core of Mato Grosso do Sul, became front line of settlements and extremely important for a colony whose borders were transitory and moving. As a supplier for monçoeiros who addressed to the Gold mines in Cuiabá, and producer of agricultural genres and slaughter animals, also played an important role in the Portuguese expansion policy in order to reinforce the submission and exploitation of the native people, especially the Caiapós people, legitimate inhabitants of those territories.

Keywords: Border, Colonization, Indians, Occupancy, Violence.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem a pretensão de apresentar uma contribuição para o debate sobre o tema Fronteira, que tem sido objeto de muita atenção por parte dos pesquisadores do Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, porém ainda não suficientemente estudado. E, com essa contribuição resgatar a importância da Fazenda Camapuã no processo de colonização de Mato Grosso.

Esse trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa que se preocupou em buscar nas fontes primárias, os relatos daqueles que testemunharam ou foram protagonistas do processo de ocupação de Mato Grosso, o papel desempenhado pela Fazenda Camapuã como instrumento de ampliação do território Português no Brasil e de submissão e exploração dos povos autóctones, sobretudo os Caiapós, tradicionais habitantes do território.

Prioritariamente, foi realizada uma leitura da extensa documentação colhida nas obras organizadas por Afonso Taunay, os Relatos Sertanistas e os Relatos Monçoeiros, que contêm o relato do deslocamento do capitão-general da Capitania de São Paulo Rodrigo Moreira César Menezes para as minas do Cuiabá recentemente descobertas; os diários de viagem do primeiro capitão-general da província de

¹ Doutor em História (Sociedades Ibéricas e Americana) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil; com estágio de pós-doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. Email: paulo.esselin@gmail.com

Mato Grosso Antonio Rolim Moura Tavares; o Diário de Navegação do Rio Tietê, Rio Grande, Rio Paraná e Rio Guatemi de Teotonio José Juzarte; os diários de Lacerda e Almeida, onde estão reunidas as narrativas de testemunhas oculares dos acontecimentos a que nos reportamos.

Da mesma forma, foram fontes de pesquisa os diários do Barão Georg Heinrich Von Langsdorff e os relatos de Augusto Leverger, viajantes estrangeiros que juntos percorreram o Mato Grosso e forneceram importante material de informação e pesquisa para os historiadores. Essa expedição organizada pelo Cônsul Geral da Rússia no Brasil, o Sr. Langsdorff, foi financiada pelo Czar Alexander I, e tinha como objetivo estudar detidamente regiões brasileiras pouco conhecidas na Europa.

Todo esse acervo até os dias de hoje pouco conhecido e estudado, permitiu reconstruir a vida material daqueles que enfrentaram territórios quase desconhecidos e habitados por povos que deles nada se sabia. Com os testemunhos dos contemporâneos foi possível reconstituir as condições de vida dos habitantes da Fazenda Camapuã, seus comportamentos, valores morais e éticos, bem como as relações sociais que desenvolveram com os povos autóctones. Os objetivos da colonização, o papel desempenhado pela Fazenda Camapuã como pólo pioneiro, as expectativas dos colonizadores, os conflitos com os povos indígenas e o clima desconhecido que tiveram que enfrentar.

Embora tenha sido uma obra de iniciativa privada, a Fazenda Camapuã foi estrategicamente fundada no ponto de ligação entre as bacias do Rio Paraná e Paraguai e exatamente na metade do caminho entre Itu e Cuiabá. Tornou-se o caminho mais rápido e, relativamente, o mais confortável e seguro que ligava a capitania de São Paulo à de Mato Grosso e hospedou em pouco mais de um século os principais sertanistas que se dirigiam às minas do Cuiabá, as principais autoridades da Coroa Portuguesa e uma importante expedição científica.

OS BANDEIRANTES PAULISTAS E A DESCOBERTA DE OURO EM CUIABÁ

Desde o começo do século XVIII, os portugueses, após sucessivas vitórias sobre os polos de colonização espanhola no Pantanal sul-mato-grossense, começaram a se dirigir a regiões localizadas a oeste do meridiano de Tordesilhas, subindo o rio Paraguai, entrando no São Lourenço e seguindo pelo Cuiabá, onde encontraram grande contingente de naturais, que, feitos prisioneiros, eram levados a São Paulo na condição de escravos.

A contínua penetração dos sertanistas paulistas em direção ao sul e ao oeste, rumo às fronteiras castelhanas em busca de índios de trabalho, levou aos significativos descobrimentos das minas de ouro de aluvião, minério abundante na região do Cuiabá, o que atraiu milhares de paulistas.

A coroa portuguesa imediatamente tratou de garantir a posse daqueles territórios que, pelo Tratado de Tordesilhas, não lhe pertenciam, afastando os castelhanos das novas descobertas e

submetendo violentamente os povos naturais. Desde o anúncio das primeiras descobertas, foram organizadas as expedições fluviais que ficaram conhecidas como monções e que, da segunda década do século XVIII à primeira metade do século XIX, mantiveram as comunicações entre a capitania de São Paulo e Mato Grosso, passando a transportar o ouro, levar suprimentos aos mineiros e contribuir para o povoamento daqueles territórios, dando ao governo metropolitano o controle da exploração das novas descobertas.

Desenvolveu-se a partir de então o bandeirantismo de povoamento ou de comércio, conhecido como monções:

A história das monções do Cuiabá é de certa forma um prolongamento da história das bandeiras paulistas em sua expansão para o Brasil Central. Desde 1622 numerosos grupos armados procedentes de São Paulo, Paranaíba, Sorocaba, Itu, trilharam constantemente terras hoje mato-grossenses, preando índios ou assolando povoações castelhanas. (HOLLANDA, 1990, p. 43)

As bandeiras paulistas preadoras de índios foram substituídas pelas monções, que se especializaram na atividade comercial visando ao abastecimento do recém-fundado arraial do Cuiabá. A chegada de grandes contingentes humanos tornou a vida de todos eles muito difícil. Como conseguir manter-se em uma região tão distante da costa, que não tinha produção organizada e na qual faltava tudo, até mesmo instrumentos para a mineração?

Ao contrário das bandeiras do século XVII, as monções utilizavam basicamente a navegação fluvial, transportando do porto de Santos tudo aquilo que os garimpeiros não conseguiam produzir para sua manutenção naqueles territórios. As viagens eram muito perigosas e cheias de obstáculos; o percurso era longo, tomando cerca de cinco meses; as embarcações eram construídas de troncos de árvores – técnica indígena. Navegavam cerca de 648 léguas, 113 das quais constituíam obstáculos nada desprezíveis, que incluíam, quando necessário, deixar o rio e passar por terra arrastando as canoas, contornando as cachoeiras do Tietê, do Pardo, do Coxim e do Taquari, o que demandava enorme tempo e trabalho (ALMEIDA, 1951).

No percurso de São Paulo a Cuiabá, os paulistas seguiam quatro roteiros diferentes, cuja primeira parte era comum: de Araritaguabá (Porto Feliz), desciam o Tietê até o rio Paraná, em que prosseguiram a jusante. A partir daí, decidiam-se por um dos possíveis roteiros, com o primeiro dos quais subiam o rio Ivinhema até suas cabeceiras, entrando no rio Brilhante, onde navegavam até um porto chamado Santa Rosa ou Sete Voltas, no qual deixavam suas canoas e caminhavam por terra até as cabeceiras do Nioaque ou Urumbeva, onde faziam novas embarcações e, descendo o Nioaque, entravam no rio Miranda e, deste, passavam ao Paraguai, atingindo o São Lourenço, dali chegando até as minas do Cuiabá. O segundo roteiro se fazia pelo rio Verde, o qual subiam até o salto, onde deixavam as canoas e tomavam por terra um caminho de cerca de 25 dias até o porto do rio Piquiri, cortando a seguir os rios Correntes, Itiquira e São

Lourenço até alcançarem o Cuiabá. O terceiro consistia em subir o rio Pardo, adentrar o Anhandui até o Aquidauana, prosseguir deste ao Miranda e, dali, ao rio Paraguai, onde navegavam até o Cuiabá, pelo qual chegavam à cidade homônima. O quarto era balizado pela subida até os campos de Camapuã. Num curto varadouro², atingiam o rio Camapuã, que os levava ao Coxim, o qual desciam até o Taquari, continuando então pelo roteiro comum até a região central (SODRÉ, 1941).

O roteiro mais utilizado pelos paulistas passou a ser o último, a partir da fundação de um estabelecimento fixo na paragem de Camapuã, em 1725, onde se organizaram as primeiras roças. A descoberta de ouro no extremo oeste do Brasil ficou indelevelmente ligada à rota das monções quando a fazenda Camapuã se constituiu em um sítio de abastecimento aos viajantes que se deslocavam até as minas de Cuiabá.

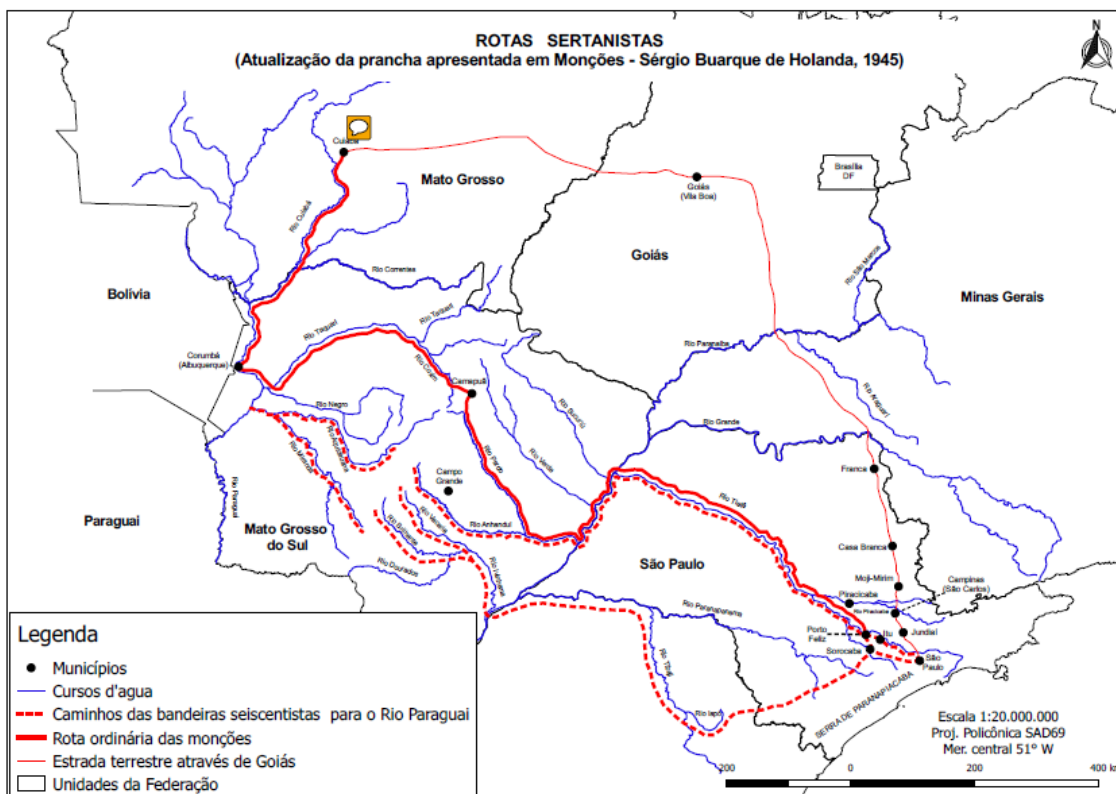


Figura 1: Mapa das rotas sertanistas com o roteiro mais utilizado pelos paulistas que se refaziam da longa viagem no Sítio de Camapuã.

A FAZENDA CAMAPUÃ

Foi de iniciativa dos irmãos João e Lourenço Leme a abertura dessa fazenda, a meio caminho entre afluentes do Pardo e do Taquari, desviando a rota das bandeiras e entradas para a região mais ao norte dos pontos habitualmente percorridos pelos paiaгуás. Acusados os irmãos, no entanto, da autoria de

² *Varadouros* são trechos de terra que permitem o transporte das embarcações para se alcançar outro rio navegável. Pelos varadouros, as cargas e canoas eram carregadas nas costas dos escravos negros ou em carretas.

crimes bárbaros, e executados em punição destes, foram seus bens confiscados, sendo a Fazenda Camapuã concedida em 1727 como sesmaria pelo governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo C. de Menezes, ao lusitano Luís Rodrigues Vilares (ALMEIDA, 1951).

A fazenda foi fundada na década de 1720, quando os irmãos Leme descobriram o varadouro que diminuía a distância entre São Paulo e as minas do Cuiabá e passaram a utilizar aquele sítio para reabastecer repassantes e navegantes. Em 1726, aportou ali o governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo Moreira César de Menezes, que se deslocava a Cuiabá cumprindo ordens reais com o objetivo de regularizar a cobrança de impostos e organizar a administração pública em favor da metrópole portuguesa. A monção era composta de “308 canoas e chegou ao destino final Cuiabá com 3 000 mil pessoas; muitos faleceram afogados e várias canoas foram perdidas devido às muitas cachoeiras e à correnteza dos rios” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 241).

O governador deixou importante relato sobre sua viagem e sua passagem pela fazenda Camapuã: trata-se da Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá, o Exmo. Sr. Rodrigo Moreira César de Menezes, Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo e suas minas, descobertas no tempo de seu governo e nele mesmo estabelecidas.

Em Camapuã, o governador paulista afirmou que aquele sítio era “a linha de sua viagem: morte de brancos e negros, consumo de mantimentos e destruição de tudo” (TAUNAY, 2012, p. 229), o que denota as dificuldades enfrentadas e a baixa moral vigente, tanto nele quanto nos que o acompanhavam. Nas três semanas que passou em Camapuã, aproveitou para reabastecer sua expedição, adquiriu “o alqueire de mantimento a nove oitavas de ouro, feijão a 16, galinhas a 3. E houve mineiro que pagou a arroba de toucinho a 32 oitavas, o frasco de aguardente a 15” (TAUNAY, 2012, p. 230).

Outro ilustre hóspede que passou alguns dias em Camapuã foi Francisco José de Lacerda e Almeida, astrônomo da comissão de demarcação dos limites, que se referiu ao local como aprazível:

Neste chapadão, por onde se veem dispersas algumas colinas, estão as vertentes de alguns rios, que deságuam no Paraguai, Rio Grande ou Paraná, os quais têm um declive tão grande que me admirou, pois nunca pensei subir ou descer por uma ladeira de águas. O ar é temperado e puro, tão alegre e ameno aquele terreno todo que, depois que saí de Portugal, não vi nem nas capitanias do Pará e Rio Negro, nem na de Mato Grosso, coisa que se possa lhe comparar. Renasceu em mim toda alegria, que um país aprazível pode causar, e que tinha perdido vivendo por oito anos em um sertão (assim o posso dizer) cheio de matos altíssimos, ásperos, e de algum campo pela maior parte inundado e pestífero. (LACERDA E ALMEIDA, 1944, p. 80)

Outro hóspede de não menor importância que a Fazenda Camapuã recebeu em pleno século XIX foi Hercules Florence, membro de uma expedição científica organizada pelo cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro, o Barão George Heinrich Von Langsdorff. Por 43 dias a expedição permaneceu em Camapuã e ofereceu significativa contribuição para que se pudesse melhor conhecer aquele núcleo populacional tão importante da história de Mato Grosso do Sul.

Aos olhos de Florence (1977), o sítio pareceu agradável, cercado que era por montanhas e contando com terras de alta fertilidade, rodeado de bosques, cerrados, vales e chapadas. Tratava-se de uma grande área em que os viajantes podiam refazer-se do longo percurso navegado e reabastecer-se com feijão, milho, galinhas, toucinho, tecidos, carne fresca de vaca e de porco, farinha de milho, arroz e aguardente de cana de açúcar. Além disso, contava com boas acomodações para atender aqueles que se deslocavam para a região das minas ou retornavam a São Paulo.

Os monçoeiros subiam o rio Pardo até o altiplano da serra de Maracaju – onde uma faixa de terras separa as cabeceiras dos rios Sanguessuga³ e Camapuã – e atravessavam esse trecho geralmente a pé. O nominado varadouro Camapuã tinha 6 820 braças de extensão, ou seja, duas léguas e meia (15 km), formadas por terrenos mais ou menos acidentados e campo, em declive suave para o lado do rio Paraná e mais abrupto para a outra banda – de todo modo, porém, de cômodo trânsito para os grosseiros veículos da época. O tempo de varação durava em média 13 dias (FERREIRA NETO, 2004). Taunay (1975) informa que o tempo de transposição dependia na verdade do tamanho da monção: quando pequena, permanecia-se em Camapuã de 10 a 12 dias.

Seja como for, a descoberta pelos irmãos Leme do varadouro Camapuã “trouxe enormes vantagens à navegação para Mato Grosso, embora impusesse às esquadrihas a terrível travessia do Coxim⁴” (TAUNAY, s.d., p. 70).

O desembarque para aqueles que se dirigiam às minas do Cuiabá era feito no porto de Sanguessuga e, como o terreno na beira do rio era pantanoso, as cargas eram conduzidas às costas dos escravos negros e depositadas em ranchos cobertos de palha, distantes 200 passos do rio (LEVERGER, 1960; MOURA TAVARES, 1985; MENEZES, 2012). Dali em diante, as canoas sobre carretas eram “arrastadas por vinte a trinta pretos” e “estes verdadeiros e miseráveis galés arrombavam as caixas e furtavam os mantimentos” (TAUNAY, s.d., p. 70). Gervasio Leite Rebello comenta: “é pior a perda de mantimentos do que a de um negro, sendo estes tão necessários” (TAUNAY, s.d., p. 70). Por volta de 1750 já não era mais pelo esforço dos escravos que se transportavam as canoas e parte das cargas, geralmente as mais volumosas. Elas eram colocadas sobre carretas puxadas por bois que seguiam até as nascentes do rio Camapuã, através do qual, após alguns dias de navegação, chegavam ao rio Coxim, este já na bacia do rio Paraguai e de onde continuavam em viagem fluvial até Cuiabá.

Quando da criação da Capitania de Mato Grosso, em 1748, foi nomeado seu primeiro governador o nobre português Antônio Rolim de Moura Tavares, o futuro conde de Azambuja, que deixou uma carta narrativa: a *Relação de viagem de D. Antônio Rolim de Moura Tavares, da cidade de São Paulo à vila de*

³ Rio Sanguessuga, assim chamado por seus muitos vermes sanguívoros que atacavam os sertanistas (LACERDA E ALMEIDA, 1944, p. 82).

⁴ O rio Coxim era descrito como perigoso, caudaloso, não dando pé em parte alguma, de forte correnteza, comprido, tortuoso, com numerosas cachoeiras e muitas itaipavas, correndo sobre uma plataforma de rochas muito altas e quase sempre entre morros (TAUNAY, s.d.).

Cuiabá em 1751. Utilizando os mesmos rios que os monçoeiros para chegar às minas do Cuiabá, ficou por alguns dias hospedado na Fazenda Camapuã, legando relatos importantes de sua estada naquela propriedade. Segundo ele, do porto de Sanguessuga até a sede da fazenda percorreu a pé duas léguas com toda a sua comitiva, por não haver mais cavalos que pudessem lhes servir de montaria em longas jornadas (MOURA, 1982, p. 15). A propósito, Lacerda e Almeida (1944, p. 82) registra que utilizou um cavalo da fazenda que era considerado o melhor da povoação, mas, mal percorrido um quarto de légua das duas e meia previstas “me pus de pé e assim completei a viagem até o rio Pardo”. O mesmo ocorreu com Florence (1977), segundo o qual as condições físicas de sua montaria eram tão precárias que o animal não reuniu forças para transpor um pequeno riacho de dois palmos de largo e três de profundidade, caindo de tão magro e estafado que se encontrava. Nessa região de cerrados, cujos solos eram de baixa fertilidade, ácidos e com pouca disponibilidade de fósforo e de outros importantes elementos químicos, além da baixa capacidade de retenção de água, a pobreza mineral refletia-se no desempenho físico e sanitário dos animais de tiro e monta.

Embora com pouco vigor físico, os cavalos constituíam-se em substancial fonte de renda para os proprietários da Fazenda Camapuã. Em suas excursões histórico-naturais, Langsdorff pagava pelo aluguel diário de um cavalo um quentchen, que equivalia a 1 200 réis. Segundo ele, com o dinheiro gasto com aluguel durante sua estada poderia ter comprado vários cavalos. Por um bom cavalo pagava-se na ocasião de 4 a 5 quentchen de ouro; os melhores custavam de 8 a 10 (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997).

A fazenda ficava na borda do rio Camapuã. Como ali não havia outros moradores, os proprietários monopolizavam todo o trabalho de varação das canoas e cargas e obtinham com isso grandes lucros, não só na prestação desse serviço, mas também na venda de mantimentos (MOURA, 1982, p. 15). Segundo Lacerda e Almeida (1944, p. 80), os proprietários dessa fazenda faziam muitos bons negócios, pois além dos gêneros que vendiam pelos mesmos preços praticados em Cuiabá, arrecadavam “pelo transporte de cada canoa 20\$000 rs, e por cada uma carrada 9\$600 rs”. Os canoões eram de difícil travessia, pois chegavam a medir 17 metros (FERREIRA NETO, 2004). Em 1830, quando Augusto Leverger, futuro governador da Capitania de Mato Grosso, esteve na Fazenda Camapuã, afirmou haver pago pelo transporte de cada canoa a importância de 21\$000, e de 300 réis por carga. Deixou registrado que costumeiramente, para não extenuar os animais de tiro, a varação era feita dia sim, dia não, vindo de cada vez duas canoas e uma grande quantidade de cargas (LEVERGER, 1960).

A fazenda possuía veículos de madeira rústicos, com rodas maciças e grosseiramente feitas, chamados carretões ou zorras, nos quais se transportavam as canoas e mercadorias. Eram puxados por seis a oito juntas de bois. As cargas pesadas iam em carretas de quatro rodas; e as de pouco peso, nas costas de escravos (LEVERGER, 1960). Os proprietários da fazenda mandaram fazer enormes cortes e aterros no solo para facilitar o trânsito desses veículos no transbordo de uma bacia a outra (FERREIRA NETO, 2004). Os

cortes eram de altura notável, atestando “o trabalho e o suor do desgraçado negro cativo” (TAUNAY, s.d., p. 71).

Observou o capitão-general Rolim de Moura em sua passagem por Camapuã que os bois daquela fazenda “eram vistosos, formosos, mas muito faltos de forças. Três a quatro de suas juntas mal valiam uma de Portugal” (TAUNAY, s.d., p. 71).

Havia sempre grande abundância de milho, farinha, feijão, arroz, porcos e vacas. Dos bovinos não se sabe ao certo o número, dada a largueza dos pastos e a falta de cercas, mas pelos cálculos do capitão-general a propriedade abrigava em suas pastagens naturais cerca de 600 cabeças (MOURA, 1982, p. 15).

Ao descrever a infraestrutura da fazenda, Rolim de Moura, refere-se a sobrados de bom padrão, nos quais acomodou todos os oficiais, soldados e servidores que o acompanhavam naquela jornada. A construção fazia parte das que circundavam um pátio fechado em que se podia tourear. Além das casas altas que abrigaram o governador e sua comitiva, havia outras no mesmo pátio, e juntamente a capela, com mais asseio do que se podia esperar (MOURA, 1982, p. 15). O governador relata ainda que teve tempo, nos poucos dias que passou no sítio de Camapuã, de se divertir com a caça às perdizes – isso quando a chuva lhe permitia (MOURA TAVARES, 1985).

A Fazenda Camapuã foi o primeiro núcleo fixo português de Mato Grosso do Sul, aproximadamente na metade do caminho que ligava Porto Feliz a Cuiabá, embora constituísse passagem praticamente obrigatória para aqueles que se deslocavam às minas de ouro do extremo oeste.

OS GUERREIROS CAIAPÓS E A RESISTÊNCIA QUE IMPUSERAM AOS COLONOS

A fazenda Camapuã situava-se em pleno território dos caiapós, que abarcava todo o norte e nordeste do atual Mato Grosso do Sul, o sul de Goiás e a área do atual Triângulo Mineiro (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1995). Desde a barra do rio Verde, passando pelo rio Pardo, até Camapuã e o Taquari, lá estavam os guerreiros caiapós, justamente no caminho terrestre para Goiás, dificultando o acesso a outros centros que poderiam contribuir no abastecimento da região. Para a fundação dessa colônia permanente, seus proprietários trouxeram escravos e impuseram com violência sua presença aos numerosos caiapós que habitavam a região (LANGSDORFF, IN: SILVA, (Org.) 1997).

O capitão Antônio Pires de Campos foi o primeiro sertanista a dar informações a respeito dos caiapós. Segundo ele, esses nativos promoviam consideráveis danos às monções oriundas de São Paulo e de Cuiabá. Eram índios de aldeias, habitavam um vasto território e viviam de suas lavouras de batatas, milho e outros legumes. Andavam nus. Em suas incursões de pilhagem contra grupos indígenas inimigos, capturavam crianças e jovens para escravizá-los. Eram antropófagos (CAMPOS, 1862).

Em defesa do seu próprio território, armados de porretes, promoviam constantes ataques aos colonos que se estabeleciam nessa região para diversos cultivos, e despovoaram todas as roças que havia nas margens do Taquari, matando a maioria de seus colonos. Na Fazenda Camapuã, os colonos trabalhavam de armas na mão noite e dia, devido aos contínuos ataques (ESSELIN, 2011). “Enquanto alguns escravos trabalhavam, outros montavam guarda, sem jamais desampararem as espingardas. A preocupação com os povos nativos era tamanha, que havia ordem categórica do comandante da fazenda Camapuã de que, “à noite, ninguém poderia entrar na fazenda ou dela sair por precaução contra ataques de índios” (LANGSDORFF, IN: SILVA, (Org.) 1997, p. 274).

Apesar destas precauções, já havia os caiapós matado alguns homens (TAUNAY, s.d.). Armados de porretes em forma de bilro, arremessáveis com surpreendente destreza e exatidão de alvo, arruinavam as culturas agrícolas e ameaçavam a vida dos colonos e de seus escravos (ALMEIDA, 1951; CAMPOS, 1862). Sabiam dissimular admiravelmente sua presença na floresta, aplicando ao corpo uma tinta que os confundia com a vegetação. Atacavam quando possível os pontos em que não havia vigilância (TAUNAY, s.d.).

Em *Notícias práticas das minas do Cuiabá*, documento da coleção do Padre Diogo Juarez, conta um sertanista que, ao chegar às roças do rio Taquari, encontrou-as despovoadas porque os caiapós haviam atacado, matando sete ou oito colonos e depois ateando fogo a todas as casas, reduzindo-as a cinzas. O mesmo aconteceu no roçado de Caijuru, no rio Pardo, abaixo do salto do Corau e do rio Nhandui-mirim. (JUARES, IN: TAUNAY, s.d.).

Lacerda e Almeida (1944, p. 80-81) relata que a área em que foi erguida a Fazenda Camapuã era “infestada” pelo gentio caiapó, segundo ele “nação robusta que fazia uso do bordão e flecha armada na sua extremidade de um esporão de rijo pau cheio de farpas desencontradas pelo seu comprimento de dois palmos ou também de ossos, e é tão numerosa, que só por si faz um grande império”.

Conta J. R. de Sá Carvalho, que no ponto final de navegabilidade denominado Sanguessuga ou Desembarque, onde se iniciava o trabalho de varação por terra de todas as embarcações e cargas até o rio Camapuã, o transporte era sempre propositalmente realizado depois das dez horas da noite, para evitar os constantes ataques dos caiapós (SÁ CARVALHO, 1942). Já o capitão-general Rolim de Moura, diferentemente, deixou registrado que a varação em Camapuã se realizava “em carros, e de noite em razão da violência do sol” (MOURA, 1982, p. 15). Mas Rolim de Moura, não deixou de manifestar suas preocupações sobre esses nativos, revelando que na região do rio Pardo, por eles habitada, estes promoviam muitos insultos aos monçoeiros, que por conta disso eram obrigados nesse território a manter homens permanentemente armados e atentos para evitar ataques (MOURA TAVARES, 1985).

De maneira geral, entre os viajantes que alcançaram as minas pelo caminho de Camapuã, são numerosos os registros deixados a respeito da oposição tenaz dos caiapós à presença europeia. Cabral Camello (1975) conta que esses índios eram presença certa em ambas as margens do rio Pardo, sobretudo

próximo ao porto de Sanguessuga. Na travessia das canoas e das cargas, não perdiam oportunidade de fazê-lo. Despovoaram-se assim todas as roças instaladas na região, exceto as da Fazenda Camapuã, em que a população vivia de armas nas mãos.

Segundo um sertanista que bem conhecia o roteiro percorrido pelas monções e os recursos que os nativos poderiam utilizar para interromper o fluxo comercial entre a costa e o extremo oeste:

Os índios, não fossem destituídos de inteligência, lançariam mão de recurso capaz de paralisar a marcha das monções. Nenhuma expedição conseguiria navegar no Coxim através dos desfiladeiros de paredes altíssimas cortadas a prumo entre as quais corria o rio com extraordinária violência e em lugares onde a sua largura se reduzia a cinco e até a quatro braças (11 m e 8,80 m). Poucos que ocupassem o cimo daqueles paredões despenhando pedrouços e ali não passaria canoa que se não votasse a infalível destruição. (TAUNAY, s.d., p. 78)

A propósito, o governador Rolim de Moura destacou que se os caiapós se colocassem em cima daqueles paredões que ladeavam o rio Coxim, lançando pedras abaixo, isso bastaria para interromper o fluxo entre São Paulo e Mato Grosso. Nessas condições, nenhuma canoa conseguiria transpor aquelas águas sem que fosse a pique (MOURA TAVARES, 1985).

Para pôr fim aos ataques foi organizada uma expedição tendo à frente o coronel Antônio Pires de Campos, neto do legendário bandeirante Manoel de Campos Bicudo (RONDON, 1920). Com a ação repressora desse célebre bandeirante paulista, começou a etnia caiapó o seu processo de extinção.

Quando de sua vinda à Capitania de Mato Grosso, Augusto Leverger já não faz referência aos ataques dos caiapós na Fazenda Camapuã, mas deixa o registro de ter encontrado esses nativos em uma aldeia na foz do rio Tietê, a meia légua da beira direita do Paraná. Alguns deles estavam na praia e deles se comprou cera de abelhas, em troca de fumo, sal e anzóis. Segundo ele, os nativos se comunicavam muito bem com as expedições que por ali passavam e, às vezes, chamados pelos tiros que partiam das embarcações, iam até o salto de Itapura, onde ajudavam na varação das canoas (LEVERGER, 1960). O naturalista Langsdorff acrescentou que os caiapós “há muitos anos vivem amistosamente, até mesmo irmanados com os colonos, sem qualquer hostilidade” (LANGSDORFF, IN: SILVA, (Org.) 1997, p. 271). Mas mesmo assim havia entre a população local a ideia arraigada de que os índios deviam ser sempre temidos, repelidos e perseguidos – herança dos portugueses, já que estes sempre nortearam suas ações no sentido de dominar os nativos apenas pela força (LANGSDORFF, IN: SILVA, (Org.) 1997).

Pelos registros de Leverger e Langsdorff, pode-se concluir que a nação guerreira havia perdido muitos dos seus padrões culturais tradicionais e de hierarquia, tornando-se presa fácil do assédio da sociedade circundante.

O COTIDIANO DA FAZENDA CAMAPUÃ NO OLHAR DOS VIAJANTES

Contava a fazenda, em 1826, com 300 habitantes, dos quais a terça parte era composta de escravos. Em geral, a população restante era de negros; poucos eram mestiços e mulatos. Desta cor era o comandante do vilarejo (FLORENCE, 1977). Viviam miseravelmente e, pelos bens que possuíam pouco se distanciavam do estado selvagem. “Havia muita miséria, as pessoas e os animais se alimentam mal, as galinhas e os porcos perambulam como esqueletos, as pessoas não têm roupas e ficam lamentando a sua sorte” (LANGSDORFF IN: SILVA, (Org.) 1997, p. 285). Dos que ali viviam, apenas três sabiam ler e escrever (LANGSDORFF, IN: SILVA(Org.), 1997).

A incompetência administrativa incomodava Langsdorff, que relatou nada se fazer pela educação das crianças naquela propriedade. Sessenta ou setenta cabeças promissoras, que bem poderiam se ocupar com a aprendizagem da leitura e da escrita, permaneciam completamente ignorantes. Descreveu como ridícula a cena que presenciara todas as manhãs e noites: crianças e velhos na igreja cantando orações que fingiam ler em um papel (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997).

Europeu culto e preparado, Langsdorff presenciara as transformações do mundo moderno após a revolução industrial, diante da nova ordem produtiva em curso, que exigia uma nova escola capaz de garantir mão de obra qualificada para atuar em favor do crescimento da indústria e gerar riqueza para o Estado e a burguesia capitalista. Na visão dele, a escola deveria desempenhar o papel utilitarista de instruir os trabalhadores, tornando-os mais eficientes em suas funções, bons cidadãos e disciplinados, e por isso condenava veementemente o tratamento dado aos que habitavam aquela localidade. Não recebiam nenhuma instrução que deles pudesse fazer pessoas úteis ao Estado (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997).

Em grande parte, os moradores da Fazenda Camapuã eram “portadores de papeiras⁵ do tamanho da cabeça, que pendiam até os peitos tornando-lhes a voz oprimida” (FLORENCE, 1977).

A única coisa que se opõe à beleza aqui é o bócio, e, nesse aspecto, as mulheres são, sem dúvida, mais vulneráveis do que os homens. Os teóricos da Europa já tentaram decifrar esse mistério. Até agora, atribuía-se a doença à água da neve. Essa, com certeza, não é a causa na América do Sul, pois aqui não há neve. E certo que o bócio ocorre principalmente em lugares montanhosos, embora não se possa dizer que seja em montanhas altas, pois a região onde estamos agora é ligeiramente elevada em relação ao nível do mar, e, no entanto, há mais casos de bócio aqui do que em regiões mais altas. Portanto, possivelmente a causa principal deve estar na água de montanha, ou no ar de montanha, ou na carência de cálcio, ou em algum outro fator. O fato é que há muitas crianças com idade entre 10 e 12 anos, mulheres e homens idosos acometidos dessa terrível doença. (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997, p. 296)

⁵ Bócio, popularmente conhecido como papo ou papeira, é o nome que se dá ao aumento da glândula tireoide. Esse crescimento anormal pode acometer a glândula toda e tornar-se visível na frente do pescoço; ou, então, surgir sob a forma de um ou mais nódulos (bócio nodular), que podem não ser perceptíveis exteriormente. A doença se manifesta mais em mulheres de 20 a 40 anos, mas pode ocorrer desde o nascimento, o que caracteriza o bócio congênito. O bócio é causado pela carência de iodo na dieta, comum em regiões em que há deficiência desse elemento.

Os cuidados com a saúde eram poucos. Com alguns conhecimentos na área, Langsdorff observou que as dores de dentes eram muito comuns. Um grande número de crianças sofria de verminose, que provocava muitas doenças nelas e nos idosos. Havia muitas pessoas resfriadas e com doenças reumáticas. Não observou nenhum sífilítico. Descuidava-se tanto do corpo, que nesse sítio não havia nem vomitórios nem purgantes. Ali, com os recursos de que dispunha, o naturalista preparou vermífugos utilizando alho com leite, para uso interno, e, como clister, purgante com um pouco de calomelano, e logo as crianças eliminaram os vermes. A uma pequena menina de cinco anos, que por vários meses vivera nervosa, paralisada e insensível nas extremidades inferiores, aplicou seções de hipnose e fricções rápidas, utilizando emplastro vesicatório, o qual, embora largamente empregado e muito eficaz, não surtiu os efeitos desejados (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997).

As mulheres não escaparam às atentas observações de Langsdorff, que relatou trabalharem em casa e terem poucas ocupações, sendo a moagem e o preparo da farinha as tarefas principais. A fiação, prática comum entre as mulheres do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, era em Camapuã, ao contrário, tarefa masculina. O vestuário dos habitantes locais era muito simples. As mulheres vestiam blusas e saias e, quando saíam, uma manta de baeta sobre a cabeça. As moças adultas usavam simplesmente uma blusa longa de algodão grosso, até o pescoço. Os homens usavam camisa, calça curta e colete de tecido. As crianças pequenas andavam nuas, mesmo meninos de oito ou nove anos de idade (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997).

Langsdorff, atento, definiu a mulher que conheceu no Brasil como mera escrava do marido – uma máquina humana para a proliferação da espécie. Dizia ser interessante abordar os usos e costumes de um país e que talvez essa descrição fosse muito bem recebida por seus futuros leitores. Conta ele que um jovem cuiabano, irmão do comandante da Fazenda Camapuã, viajou a negócios para São Paulo e deixou sua jovem esposa sob a proteção e os cuidados do irmão. Nessa condição, ela nunca deixava a casa em que estava confinada, vivendo trancada. Dispunha de duas moças para servi-la; ao anoitecer chegavam duas matronas que dormiam em sua companhia, no mesmo quarto. Além disso, um escravo fiel dormia em frente à porta do quarto. Às vezes era possível abordá-la na varanda de sua casa e, indagada se aquela situação a incomodava, respondeu: “Ah, nós aqui já estamos acostumadas com isso” (LANGSDORFF IN: SILVA, (Org.) 1997, p. 277).

Na Fazenda Camapuã os moradores não contavam com nenhum religioso, não havendo portanto missa nem quem os confessasse em caso de perigo. Isso era praticamente impossível, pois as distâncias eram muito grandes (MOURA, 1982, p. 15). Sem padre, e sem missa, ir à igreja era apenas um passatempo. A organização e participação nas festas religiosas, juntamente com a dança, eram a única diversão conhecida. Nessas ocasiões, davam-se salvas de tiros de espingarda e iluminavam-se as ruas (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997).

Fabricavam grosseiros tecidos de algodão para uso dos moradores e para remessas a Miranda, onde o produto era trocado por gado vacum e cavalar. Cultivavam a cana-de-açúcar, da qual faziam uma péssima aguardente. A criação de animais era boa, com muitas galinhas e porcos, mas de extrema magreza. Cultivavam feijão, fumo e milho, para deste extraírem farinha e fubá (FLORENCE, 1977). Quanto ao gado bovino de corte, a fazenda mantinha em torno de 600 cabeças, com muitas outras pastando espalhadas pelos campos, vivendo sem trato algum (MOURA, 1982, p. 15). Para a produção de farinha e fubá recorriam ao monjolo movido a água; no entanto, uma inundação arrastou rio abaixo o único existente. A partir de então, os negros escravos foram incumbidos de manejar pilões simples (FLORENCE, 1977).

A base da alimentação era o milho, o feijão e algumas ervas (raramente ingeriam carne suína, bovina ou ovos), tudo sem sal, que era considerado artigo de luxo, muito raro e caro: um prato raso chegava a custar 12 francos, ou 1\$800. Todos os pagamentos eram feitos em gêneros, porque em Camapuã se dispensava o uso de moeda, verdadeira raridade na banda meridional da capitania (FLORENCE, 1977). Os únicos temperos utilizados eram o alho e a pimenta, pois até mesmo do sal já haviam se desacostumado (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997). De maneira geral, o comércio era feito à base de trocas: sal, ferramentas, pólvora, chumbo de caça, baetas e chitas por alimentos produzidos na fazenda (LEVERGER, 1960).

Na sede da Fazenda Camapuã havia duas casas, ambas de sobrado, cobertas com telhas. Uma delas era reservada ao comandante da propriedade, que na ocasião era um alferes de milícias (guarda nacional); outra, em frente, era separada por um vasto pátio que tinha um engenho de moer cana tocado por bois. O pátio era fechado pela senzala dos escravos, toda ela baixa e coberta de sapé. À noite, estes eram mantidos sob chaves. A gente forra morava do outro lado do rio Camapuã (FLORENCE, 1977).

Quanto à administração da propriedade, reinava a mais absoluta incompetência, na opinião de Langsdorff: “O atual comandante e administrador era considerado um bom homem, mas um pobre idiota. Mal sabia ler e escrever. Ele passou aqui a maior parte de sua vida, os seus 20 anos mais pujantes; portanto, não teve tempo de aprender nada nem de adquirir ideias. Ele não conhece livros nem tem a mínima ideia do que é ciência. Tudo o que ele tem pra contar são as experiências e os fatos da sua pobre vida quotidiana” (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997, p. 308).

Nas primeiras décadas do século XIX, reinava na fazenda muita desordem – sujeira, desleixo –, não havendo proteção às carroças e carretas, que ficavam diuturnamente expostas aos elementos, e por isso em permanente carência de reparos. Os equipamentos da propriedade não recebiam manutenção; a fábrica de açúcar estava na mais completa decadência; não existiam depósitos para mantimentos. Como não se produzia óleo, nem de mamona, as escadas que levavam às dependências dos alojamentos estavam em péssimas condições e constituíam constante perigo para aqueles que dela precisavam se utilizar. Inexistiam cercas ou mesmo fossos que pudessem isolar o rebanho bovino, equino e suíno. Por essa razão, as lavouras eram cultivadas a uma distância superior a uma légua e meia, para evitar que o gado delas se

alimentasse, o que obrigava os agricultores a fazerem esse percurso todos os dias, com grande perda de tempo e de energia. As vacas quase não eram aproveitadas como leiteiras; não havia hortas; os produtos de primeira necessidade eram extremamente caros.

Por fim, Langsdorff registrou que em sua longa viagem pelo Brasil pôde conhecer muitas administrações, mas que nenhuma delas era tão inexplicavelmente falha como a da Fazenda Camapuã.

Luís D'Alincourt, sargento-mor engenheiro que visitou a província no começo do século XIX, afirmou, a propósito dessa fazenda, que seus moradores eram indolentes ao extremo. Ocupavam-se do cultivo em pequena escala, embora os solos fossem propícios à agricultura. "Colhiam-se mais de 300 por cada alqueire que se plantava de milho e arroz" (D'ALINCOURT, 1828, p. 43). O clima era bom; as geadas se faziam sentir bem em alguns anos. Criavam capados para a engorda, galinhas, fabricavam panos de algodão, faziam boas toalhas. As laranjas-limas eram muito saborosas (D'ALINCOURT, 1828).

A DECADÊNCIA DA FAZENDA CAMAPUÃ

A Fazenda Camapuã entrou em plena decadência no final do século XVIII, sobretudo a partir da abertura da ligação terrestre entre Cuiabá e Goiás, que colocava a capitania em contato com o Rio de Janeiro e São Paulo, e da navegação Guaporé-Madeira-Tapajós, que a ligava ao Pará, fazendo com que aquele caminho tradicional fosse abandonado pelos comerciantes (ESSELIN, 2011).

A partir da década de 1770, a ameaça de um avanço espanhol sobre a América portuguesa não estava descartada e impacientava as autoridades portuguesas. Essa preocupação levou o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro Marques de Pombal, a promover estudos para facilitar a demarcação e ocupação das fronteiras.

Um desses importantes trabalhos foi o de Ricardo Franco de Almeida Serra, que recomendava abandonar o roteiro São Paulo-Cuiabá e utilizar a rota Tietê-Paraná:

Esta navegação para Mato Grosso será mais breve pelo menos 200 léguas do que a praticada pelos rios Madeira e Guaporé; e conseqüentemente se fará em menos tempo e com menos despesa; ficando igualmente útil para as minas do Cuiabá, pois a navegação que se faz de S. Paulo para a dita Vila pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Camapuão, Coxim, Taquari, Paraguai, Porrudos e Cuiabá, descendo uns e subindo outros, nos quais se passam mais de 100 cachoeiras, e por terra o Varadouro de Camapuão, compreende boas 600 léguas de navegação em que se gastam seis meses. Não falando ainda na grande despesa e tempo que se consome na condução das fazendas desde o Rio de Janeiro por mar até a Vila de Santos, e dela nas canoas até o porto de Cubatão, e por terra para a cidade de São Paulo, donde por mais 22 léguas por terra conduzem as cargas para o porto de Arraitaguaba no rio Tietê, ponto de que se principia a dita navegação. (ALMEIDA SERRA, 1865, p. 162)

O que o governo português esperava é que, com a abertura da navegação de Mato Grosso ao Pará, muitos colonos entrassem na região das minas e que os produtos de primeira necessidade, muito caros em Cuiabá, se barateassem. A comunicação com a corte no Rio de Janeiro, tornada mais rápida, contribuiria para o ingresso de mais escravos negros. Ficaria facilitada a entrada de açorianos (experiência realizada com sucesso em Santa Catarina) e de outros povos, o que certamente aceleraria o povoamento da região, contribuindo para o aproveitamento das terras com o desenvolvimento da agricultura e o incremento da criação de gado bovino. Além disso, o novo roteiro evitaria o confronto com os índios de corso habitantes do Pantanal sul-mato-grossense.

Com a abertura desses novos caminhos, o trânsito monçoeiro foi diminuindo sensivelmente até desaparecer por completo. Teotônio José Juzarte, em 1769, já indicava em seu Diário de navegação, que o caminho fluvial entre o Tietê e Cuiabá estava em decadência “e muito pobre por não ter comércio algum, salvo algumas canoas que fabricam para as expedições de Cuiabá, e a Mato Grosso [...] cuja navegação está hoje extinta por seguirem esses comerciantes por terra pela Capitania de Goiazes” (JUZARTE, IN: TAUNAY, 1981, p.233-234). Já Sérgio Buarque de Holanda (1990) aponta que outros fatores contribuíram para o fim do ciclo monçoeiro, como a dificuldade de encontrar construtores e trabalhadores das embarcações (canoas), o esgotamento das minas do Mato Grosso, epidemias de febre tifóide que atingiu a região de Porto Feliz deixando reduzido número de sobreviventes.

A Fazenda Camapuã foi um estabelecimento considerável, cuja posição era muito vantajosa para os sertanistas que se dirigiam às minas, dando, porém, claros sinais de decadência à medida que a navegação foi sendo abandonada pelos negociantes.

A partir de 1854, o governo imperial passou a incentivar as viagens pelo rio Ivinhema, o que fez com que a rota de Camapuã fosse abandonada de vez. Quando de seu retorno da Guerra do Paraguai, o Visconde de Taunay registrou haver encontrado o local em ruínas, “com uma floresta de elevados cedros, dentro de não pequena igreja, vasta casa de sobrado de todo caiada, rodeada por formosos laranjais a resistirem à invasão da mata” (TAUNAY, s.d., p. 71). Chegava ao fim um sítio de fundamental importância no processo de incorporação da América espanhola aos territórios portugueses.

CONCLUSÃO

Esse artigo procurou oferecer uma contribuição à história da colonização portuguesa em Mato Grosso a partir do primeiro núcleo populacional, a Fazenda Camapuã, único estabelecimento português instalado entre os Rios Paraguai e Paraná.

Anunciada a descoberta de metais em Cuiabá no centro-oeste do território brasileiro houve uma rápida mobilização de colonos, sobretudo de São Paulo, para a região em busca de riquezas. Com o ouro vieram as Monções que asseguraram a comunicação entre São Paulo e Mato Grosso e introduziram o novo território nas hostes da política econômica mercantilista. Ora, não poderia ser de outra forma, a produção colonial era para o mercado metropolitano e a Fazenda Camapuã foi nesse contexto fator de desenvolvimento econômico da Metrópole contribuindo na medida em que, localizada estrategicamente na Rota do Ouro, ofereceu aos colonos o descanso da longa viagem, a proteção de ataques de nativos, a redução do período de viagem e os mais variados alimentos. Contribuiu também, para o desenvolvimento do mercado interno, facilitou as comunicações de Mato Grosso com os centros de decisão política da Colônia, assim como para o alargamento das fronteiras com a incorporação do centro-oeste ao Brasil. Ofereceu as melhores condições para que os produtos elaborados em Portugal pudessem chegar aos seus distantes colonos e que todo aquele ouro pudesse ser apropriado pela Pátria mãe. É indiscutível a importância desse pequeno núcleo plantado pelos sertanistas paulistas no meio do caminho que ligava Itu, em São Paulo, a Cuiabá, em Mato Grosso, para a ampliação do território brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Mario Monteiro de. *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: Fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951.
- ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco. Da descrição geographica da provincia de Matto Grosso feita em 1797, por Ricardo Franco de Almeida Serra, sargento mor de Engenharia. *Revista Trimestral de História e Geographia do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo VI, p. 156-196, 1865.
- CABRAL CAMELLO, João Antônio. *Notícias práticas das minas do Cuiabá*. Cuiabá: UFMT/Secretaria de Educação e Cultura, 1975.
- CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. 4ed, Campo Grande: Brasília, 1995.
- CAMPOS, Antonio Pires de. Breve noticia que da o capitão Antonio Pires de Campos do gentio barbaro que ha na derrota da viagem das Minas do Cuyabá e seu Recôncavo em 1723. *Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XXV, 3º Trimestre, p. 437-449, 1862.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- D'ALINCOURT, Luiz. Resultados dos trabalhos e indagações statisticas da Provincia de Matto-Grosso. Rio de Janeiro: Annais da Biblioteca Nacional, v. 8, 1828.
- ESSELIN, Paulo Marcos. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense: 1830-1910*. Dourados: UFGD, 2011.
- FERREIRA NETO, João. *Raízes de Coxim*. Campo Grande: UFMS, 2004.
- FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825-1829*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Monções*. 3ed, São Paulo: Brasiliense, 1990.
- JUZARTE, Teotônio Jose. *Diario de Navegação da Navegação do Rio Tietê, Rio Grande Paraná e Rio Guatemi em que dá relação de todas as coisas mais notáveis destes Rios, seu curso, sua distância, e de todos os mais Rios, que se encontram, ilhas, perigos, e de tudo o acontecido neste Diário, pelo tempo de dois anos, e dois meses. Que principia em 10 de Março de 1769*, IN: TAUNAY, Affonso de Escragnoille. *Relatos Monçoeiros, Introdução, Coletânea e Notas de Affonso de E. Taunay*, Belo Horizonte – São Paulo: Itatiaia - Edusp, 1981.
- LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diários de viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- LANGSDORFF, George Heinrich Von. *Os diários de Langsdorff: 26 de agosto de 1825 a 22 de novembro de 1826*. SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (Org.). Traduzidos por Marcia Lyra. São Paulo. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 2, 1997.

- LEVERGER, Augusto. De São Paulo a Curitiba: derrota de navegação interior: da Vila de Porto Feliz na província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capital da província de Mato Grosso: 1830. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 247, p. 356-391, abr/jun, 1960.
- MENEZES, Rodrigo Moreira César. Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá, o Exmo. Sr Rodrigo Moreira César de Menezes. Governador e Capitão-general da Capitania de São Paulo e suas minas, descobertas no tempo de seu governo e nele mesmo estabelecidas. IN: TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História das bandeiras paulistas*. Seleção e introdução de Antonio Paim, São Paulo: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2012.
- MOURA, Antônio Rolim de. IN: MARTINS DE PAIVA, Ana Mesquita; SOUZA, Maria Cecília Guerreiro de; GEREMIAS, Nyl-Iza Valadão Freitas. (Orgs.) *D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja: Correspondências*. Cuiabá: UFMT, v. 1, 1982.
- MOURA TAVARES, Antônio Rolim. Diário de viagem. IN: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox, 1985.
- _____, *Notícias práticas das minas do Cuiabá*: documento da coleção do Padre Diogo Juarez. IN: TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos; Instituto Nacional do Livro, 1975.
- RONDON, Candido. *Matto-Grosso o que ele nos oferece e o que espera de nos*. Conferencia realizada a 31 de Julho de 1920, pelo Exmo. Snr. General Candido Mariano da Silva Rondon, perante a Sociedade Rural Brasileira, na cidade de São Paulo. São Paulo: A Política, 1920.
- SÁ CARVALHO, J. R. de. O varadouro do Camapuã na rota das bandeiras e monções para Cuiabá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 42, p. 238-248, 2º semestre de 1942.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1975.
- TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História das bandeiras paulistas*. Seleção e Introdução de Antonio Paim. São Paulo: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2012.
- TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Itatiaia, 1981.

Recebido em:28/07/2016
Aprovado em:15/09/2016
Publicado em:15/10/2016